

## Associado, participe do teste de validação do Sistema de Voto Eletrônico

A ANFIP inova este ano em seu processo eleitoral e disponibiliza um Sistema de Voto Eletrônico para que os associados aptos (aposentados e ativos) participem do pleito com segurança.

O sistema será disponibilizado a partir das 8 horas do dia 17/5 até as 23h59 do dia 21/5 (segunda a sexta-feira). Será enviado o link por e-mail e também estará no destaque da página principal da ANFIP na internet.

**Dados** – Para participar, é preciso clicar no link que será disponibilizado e acessar a plataforma com o CPF e a senha da área restrita da página da ANFIP.

Como a base de dados do sistema de votação será lacrada assim que iniciar o período de teste, por questões de segurança, só os dados atualizados até domingo (16/5) terão acesso à plataforma. Aqueles que não conseguirem reativar a senha da área restrita até domingo poderão atualizar normalmente durante a semana, porém não conseguirão acessar o sistema de votação, nesta primeira etapa. Lembramos que outros testes serão realizados até a validação final da plataforma.

**Reativar senha** - Caso tenha esquecido a senha de login da área restrita, basta acessar a página inicial da ANFIP, clicar em “ÁREA RESTRITA” e em “ESQUECI SENHA”. Em seguida, digite o CPF e clique em “ACESSAR”.

Será, então, encaminhado um passo a passo ao e-mail do(a) associado(a) com as orientações sobre como redefinir a senha. Uma vez alterada, a senha da área restrita é recuperada.

A ANFIP conta com a participação de todos, já que é a partir da opinião de vocês que o sistema será finalizado. Dúvidas, sugestões e críticas poderão ser encaminhadas para o e-mail [eleicoes@anfip.org.br](mailto:eleicoes@anfip.org.br).

### 1º PASSO



### 2º PASSO



### 3º PASSO



Live debate importância da  
Previdência Social  
PÁGINA 2

Relator apresenta parecer da  
Reforma Administrativa  
PÁGINA 4

Entidades analisam cenário da  
Reforma Tributária  
PÁGINA 7

# INSS e CRPS prestam informações sobre benefícios da Previdência Social



Em sua exposição, Leonardo Rolim, presidente do INSS, falou sobre os novos desafios impostos após o início da pandemia. Lembrou que, em 2020, as agências ficaram fechadas por seis meses, até ser possível o retorno presencial, seguindo criteriosamente o protocolo sanitário. Apesar disso, segundo Rolim, quando surgiu a pandemia, o INSS já estava no processo de implantação dos serviços digitais. “Hoje, dos 96 serviços do INSS, 90 são realizados de forma remota e parte dos outros seis também. Isso permitiu que, praticamente, todos os serviços de análises e requerimentos dos cidadãos pudessem ser feitos durante a pandemia”, disse o presidente do Instituto.

Marcelo Fernando Borsio, presidente do CRPS, explicou as funções do órgão colegiado, que exerce o controle jurisdicional das decisões do INSS nos processos de interesse dos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e das empresas, e também relacionados aos benefícios assistenciais de prestação. Borsio também falou sobre projetos que vêm sendo desenvolvidos para a implementação de novas tecnologias e da necessidade de o CRPS ter um orçamento próprio, investimento em estrutura, para melhor atender as necessidades da sociedade e do interesse público; e que, recentemente, foi criado o Gabinete de Crise e Diligência, que conta com 30 servidores cedidos pelo INSS.

Clique [AQUI](#) para assistir ao debate completo no Youtube.

A Live Série ANFIP, realizada na quarta-feira (12/5), abordou o tema “A Previdência Social em tempo de Pandemia”, com foco na prestação de informações à sociedade sobre benefícios e assistência social, num momento em que o cenário nacional ainda é impactado pela pandemia da Covid-19.

O debate contou com a participação dos presidentes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Leonardo José Rolim Guimarães; e do Conselho de Recursos da Previdência Social – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (CRPS), Marcelo Fernando Borsio; que foram recebidos pelo presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e pelo vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller.

Décio Lopes lembrou que a Previdência Social brasileira é o sistema de maior distribuição de renda do país, e também do benefício da LOAS (benefício assistencial), que, embora

seja Assistência Social, também é pago pelo INSS. “Falar sobre Previdência é um prazer para nós, mesmo porque o Brasil não vive sem Previdência, a nossa população não vive sem os benefícios da Seguridade Social. Nosso objetivo é levar aos ouvintes algumas informações sobre atendimento, seja na Previdência Social, INSS ou Conselho de Recursos da Previdência Social”, explicou o presidente.

Márcio Gheller também falou sobre a satisfação em poder pautar esse tema, “até mesmo num momento em que a ANFIP vem discutindo com muita vontade todas as reformas que estão sendo votadas pelo Parlamento”. Ele enfatizou que, além das preocupações com a pandemia, que assusta o mundo todo, a ANFIP mantém sua atuação nas questões de interesse da carreira. “Estamos debatendo e participando de todos os assuntos que são de interesse dos nossos associados”, afirmou.

## EXPEDIENTE LINHA DIRETA

**Linha Direta** é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.  
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907  
Telefone: (61) 3251 8100  
Whatsapp: (61) 98289 5150

**Linha Direta** é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: [comunicacao@anfip.org.br](mailto:comunicacao@anfip.org.br)

DIRETOR RESPONSÁVEL  
Benedito Cerqueira Seba

EDITORA  
Ludmila Machado

REPORTAGEM  
Daiana Lima, Ludmila Machado e  
Thayná Cavalcante.

ESTAGIÁRIA  
Marina Rodrigues

EDITORACÃO ELETRÔNICA  
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL  
Décio Bruno Lopes  
Eucélia Maria Agrizzi Mergár  
Crésio Pereira de Freitas  
José Arinaldo Gonçalves Ferreira  
Benedito Cerqueira Seba  
Cesar Roxo Machado



[www.instagram.com/anfipnacional](https://www.instagram.com/anfipnacional)



[www.facebook.com/anfip.nacional](https://www.facebook.com/anfip.nacional)



[www.twitter.com/anfipnacional](https://www.twitter.com/anfipnacional)



[www.youtube.com/anfipoficial](https://www.youtube.com/anfipoficial)

## ANFIP Solidária: Ainda dá tempo de destinar parte do seu IRPF

Você sabia que pode escolher para onde vai parte do seu Imposto de Renda? O prazo final de entrega da declaração termina dia 31 maio e você pode fazer uma boa ação de maneira rápida e simples, sem prejudicar outras deduções de despesas com saúde, educação, dependentes, previdência privada ou pensão alimentícia.

A Campanha Destinação possibilita que os contribuintes encaminhem para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao Fundo do Idoso uma parcela do Imposto de Renda devido. Em tempos difíceis, como este de pandemia, qualquer ajuda tem valor incalculável e faz toda diferença na vida daqueles que mais precisam.

Apenas cidadãos que fazem a Declaração de Ajuste Anual pelo formulário completo podem deduzir do imposto devido os valores encaminhados aos Fundos. Até o prazo final de envio das informações para a Receita Federal, é possível destinar até 3% do imposto devido para os Fundos da Criança e do Adolescente e até 3% ao Fundo do Idoso.

Destinar é muito simples! Ao preencher a declaração, na



ficha “Doações Diretamente na Declaração”, basta escolher quanto quer destinar e para quais Fundos. Se tiver alguma dúvida durante o preenchimento, o Menu Ajuda do programa do IRPF está disponível ao clicar a tecla F1. Depois, é só imprimir o Darf e pagar até o último dia do prazo de entrega da declaração. O valor destinado será abatido do que o contribuinte deveria pagar de imposto, se tiver saldo de imposto a pagar, ou somado à restituição, se tiver saldo a restituir.

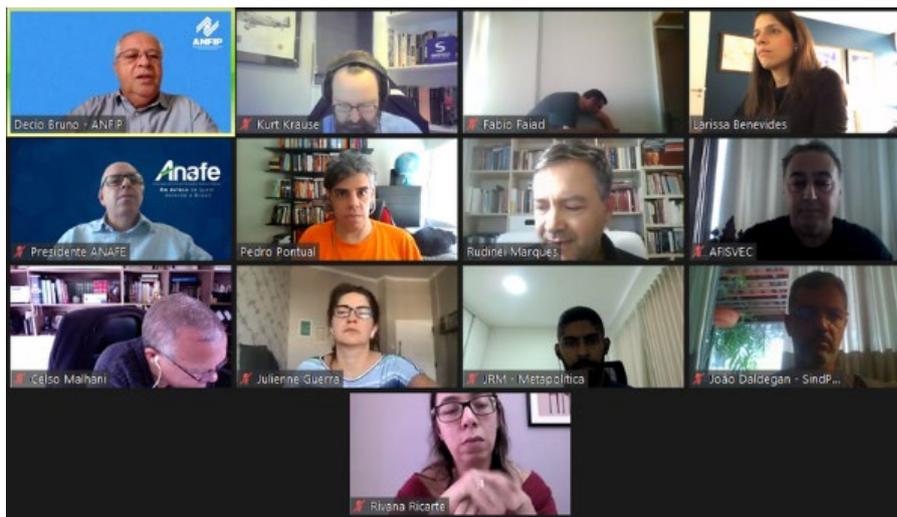
## Fonacate intensifica ações contra Reforma Administrativa

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, participou da assembleia geral do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), na terça-feira (11/5), para discutir estratégias de atuação contra a PEC 32/20 (Reforma Administrativa) e apresentar o relatório do andamento das atividades do grupo de trabalho que trata do projeto de Avaliação de Desempenho no Serviço Público.

Na ocasião, ficou alinhado que inicialmente o Fórum focará na suspensão da tramitação da PEC 32/20, por meio da mobilização das bases, do contato com parlamentares e da movimentação conjunta entre as frentes parlamentares que atuam na causa. Rudinei Marques, presidente do Fórum, destacou que, para alcançar o objetivo, é necessário ampliar o diálogo com os parlamentares indecisos acerca do tema. “Nesse meio tem muita gente. Nós vamos continuar com nosso trabalho com os parlamentares que podemos convencer ainda, seja por estarem mirando o calendário político ou por preocupação com o tema”, disse.

Ao se pronunciar, Décio Lopes reforçou que é extremamente necessário que todos estejam atentos sobre os malefícios da PEC 32 para o Estado brasileiro e para o cidadão.

Os representantes também manifestaram suas críticas ao comentário



do ministro da Economia, Paulo Guedes, durante audiência pública na Câmara dos Deputados, em que comparou servidores públicos que ingressam nos cargos por concurso a militantes políticos. O Fórum pretende protocolar uma representação junto à Comissão de Ética contra a fala do ministro.

**Avaliação de desempenho** – O grupo que analisa o tema está estudando detalhadamente a matéria e pretende realizar um seminário no mês de junho para compilar ideias apresentadas por especialistas, acadêmicos e parlamentares. O Fonacate também discute, desde o final do ano passado, a possibilidade de apresentação de

um projeto de lei sobre avaliação de desempenho.

### Medida Provisória 1.042/2021

- Na oportunidade, a advogada que representa o Fonacate, Larissa Benevides, apresentou um breve relatório das ações relacionadas à MP 1.042/2021, que aborda a simplificação da gestão de cargos em comissão e de funções de confiança no Poder Executivo Federal. Segundo Larissa Benevides, alguns partidos políticos já entraram com Ação Direta de Inconstitucionalidade e o processo foi encaminhado ao ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), que resolveu levá-lo à apreciação do plenário, porém ainda não foi votado.

## PEC 32/2020: Relator apresenta parecer na CCJ

O relator da PEC 32/2020 (Reforma Administrativa) no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), deputado Darci de Matos (PSD/SC), apresentou na terça-feira (11/5) o parecer pela admissibilidade da proposta. Alinhado com o texto enviado pelo governo, o deputado propõe apenas duas alterações em seu relatório.

O documento suprime o trecho que impedia a realização de qualquer outra atividade remunerada pelos servidores ocupantes dos chamados cargos típicos de Estado. Segundo o relator, em uma primeira análise, o texto com a expressão “qualquer outra atividade remunerada” não revela o necessário conflito de interesses, mas impede que determinado ocupante de cargo típico de Estado possa exercer uma atividade remunerada, mesmo que essa atividade não comprometa sua jornada e suas atividades no cargo público.

Darci de Matos também considerou inconstitucional a autorização, através de decreto, da extinção, transformação e fusão de entidades da administração pública autárquica e fundacional. “A possibilidade de extinção dessas entidades mediante decreto do chefe do Poder Executivo acarretaria grave alteração no sistema de pesos e contrapesos, inerente ao modelo de separação de Poderes e ao controle da Administração Pública pelo Poder Legislativo”, afirma.

Após a emissão do parecer do relator, a matéria foi incluída como item único da pauta de deliberações da CCJ. A discussão tem início previsto após reunião dos coordenadores de bancada.

**Pontos prejudiciais** - Entre os principais prejuízos trazidos pela PEC estão o fim da estabilidade, ferramenta de garantia do cumprimento do interesse público; a extinção do Regime Jurídico Único, substituído por 5 tipos de vínculos; e a abertura de espaços para indicação de cargos de liderança e assessoramento, que poderão permitir que funções atualmente ocupadas por servidores efetivos sejam exercidas por indicações políticas.

A ANFIP luta pela suspensão da tramitação da PEC, pois traz o desmonte do serviço público e, conseqüentemente, prejudica a população que necessita do atendimento prestado, especialmente neste momento de pandemia que exige muito do atendimento público do Sistema Único de Saúde (SUS) e de todos os demais setores diretamente envolvidos no atendimento à população.

“A Entidade permanece atuando junto aos parlamentares e aos diversos Fóruns e Frentes constituídos para defender os direitos e conquistas dos servidores públicos, ameaçados pela Reforma Administrativa”, afirma o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Confira [AQUI](#) a íntegra do parecer apresentado.

## Câmara retoma audiências públicas da PEC 32/20

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados realizou mais uma audiência pública na sexta-feira (14/5) para debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, da Reforma Administrativa.

Na quinta-feira (13/5), as sessões haviam sido encerradas antes da conclusão da agenda parlamentar, por determinação da presidente da Comissão, Bia Kicis (PSL-DF), que tentou antecipar a votação da admissibilidade da PEC após a entrega do relatório pelo deputado Darci

de Matos (PSD-SC), no dia 11 de maio. No entanto, por “problemas técnicos”, a votação foi adiada para a próxima segunda-feira (17/5) e as audiências foram retomadas, cumprindo o calendário previsto e o acordo da presidência da Comissão com a oposição.

Depois de passar pelo colegiado, a Proposta deve ser analisada por uma Comissão Especial, para então ser liberada para a votação, em dois turnos, pelo Plenário da Câmara.

Assista a transmissão completa [AQUI](#).

Acesse o parecer da PEC 32 [AQUI](#).

## ANFIP e Servir Brasil analisam estratégias de comunicação

A ANFIP, representada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, participou na segunda-feira (10/5) da reunião das equipes de comunicação da Mesa Diretora e do Conselho Curador da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil).

Durante a reunião, a equipe da Frente apresentou o plano estratégico de comunicação aos presentes, que apontaram sugestões de aprimoramento para que o grupo engaje o maior número de pessoas em ações de mobilização em defesa do serviço público. “Estamos entrando na reta final da Reforma Administrativa com a PEC 32/20 e o foco tem de ser dialogar com a sociedade, servidores e parlamentares”, frisou Vilson Romero, que sugeriu ainda que sejam realizadas reuniões frequentes para que haja uma rotina de atuação conjunta das entidades.

O assessor também apresentou para os participantes o hotsite produzido pela ANFIP sobre a Reforma Administrativa.



A página contém notícias, notas técnicas e públicas, estudos, cartilhas, vídeos e o mais amplo material sobre os diversos aspectos envolvendo o debate acerca das pretendidas mudanças na estrutura do serviço público nacional. Acesse [AQUI](#).

## ANFIP debate Reforma Eleitoral com o MCCE

Na quarta-feira (12/5), a ANFIP, representada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, participou de mais uma reunião promovida pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) para discutir e alinhar pautas de interesse da categoria e da sociedade.

Durante a reunião, Luciano Santos, diretor do MCCE, deu os informes gerais sobre a votação do **juízo sobre a Ficha Limpa**, trazida por Kassio Nunes Marques, ministro do Supremo Tribunal Federal. De acordo com a atualização, o Movimento ingressou no processo como *amicus curiae* e está se mobilizando com o auxílio de advogados para monitorar a pauta no STF.

Outro ponto debatido foi a atuação do **GT MCCE da Reforma Eleitoral**, que participou das últimas audiências públicas sobre o tema e está aguardando o relatório da deputada federal Margarete Coelho (PP-PI). Após articulação do Movimento, a relatora se comprometeu a não alterar pontos que já foram incorporados ao processo eleitoral e que possuem efetividade comprovada, como é o caso da Lei da Ficha Limpa.

Já a **Comissão Especial da Reforma Eleitoral da Câmara** está destinada a proferir um parecer à PEC 125-A/2011, que acrescenta dispositivos à Constituição Federal para vedar a realização de eleições em datas próximas a feriados nacionais. Segundo o MCCE, a Comissão está articulando uma mobilização no STF para impedir o uso da PEC para este fim, incentivando que sejam promovidos amplos debates antes da aprovação de uma Reforma Política dessa magnitude.

O **GT Mulheres MCCE** anunciou que divulgará uma nota oficial relacionada ao silenciamento de mulheres no Congresso, sobretudo durante a pandemia. O objetivo é questionar a questão de gênero no processo eleitoral e trazer a público os impactos da não representatividade feminina nas Casas, visando uma reforma legislativa que traga avanços no sistema em direção à equidade de gênero na política.

Sobre o **Voto Impresso**, proposto pelo presidente Jair



Bolsonaro, o MCCE, em consenso com as demais entidades, desvalidou a justificativa utilizada para a implementação do novo sistema, que se baseia na falácia de que as votações eletrônicas não são seguras. Vale lembrar que o Movimento não é contra a modalidade de voto, mas sim contra as equivocadas alegações que compõem a proposta, que acabam por descaracterizar e desvalorizar o processo eletrônico e as entidades que trabalham em prol de sua segurança.

Na tentativa de consolidar a luta, a entidade se reuniu, na terça-feira (11/5), com o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, para discutir a segurança do voto e da urna eletrônica; a Lei da Ficha Limpa e a participação da sociedade civil nos debates da reforma legislativa eleitoral. O encontro ocasionou em mais uma parceria entre MCCE e TSE em prol de eleições idôneas, a partir da criação de um observatório, uma comissão e um canal de checagem de notícias para auxiliar o TSE ao longo de todo o processo.

Contribuindo com o debate, Vilson Romero aproveitou a oportunidade para ressaltar a importância, no momento, de se ter um diálogo com a sociedade e um posicionamento proativo, para “evitar a transformação do processo eleitoral em balburdia”. O assessor sugeriu avaliar a possibilidade de entrar com uma interpelação judicial, visando segurança jurídica e uma maior certificação antes, durante e depois das Eleições.

## ANFIP e Mosap realizam reunião para definir próximas ações

A vice-presidente de Aposentadorias e Pensões da ANFIP, Tereza Liduína Santiago Félix, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, participaram na terça-feira (11/5) de reunião virtual com lideranças do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Instituto Mosap).

Com mediação do presidente do Instituto, Edison Haubert, o objetivo do encontro foi debater estratégias em defesa da categoria e definir as próximas ações junto aos parlamentares.

A PEC 32/20, da Reforma Administrativa, segue na pauta de discussões. Vilson Romero criticou o discurso de que a PEC não atinge os atuais servidores, utilizado pelo governo para desestimular a luta da categoria. “Temos que manter a mobilização e acreditar na gravidade da Reforma, sem acreditar em factoides, o jogo continua sendo jogado e não podemos nos desmobilizar”, alertou.

Preocupados com a perda de poder aquisitivo dos aposentados e pensionistas, diante do cenário que o país enfrenta, o grupo discutiu ainda maneiras de retomar a tramitação da PEC 555/2006, que revoga o artigo 4º da Emenda Constitucional nº 41/03 para eliminar a cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas do serviço público. Devido à dificuldade de a proposta voltar à pauta, Vilson Romero sugeriu que o texto seja recuperado e o tema inserido na discussão da PEC 32/20 no âmbito da Comissão Especial, da Câmara dos Deputados.

Além disso, pensando em estratégias mais efetivas para garantir visibilidade e atrair maior quantidade de pessoas à causa, o grupo estuda formas de tornar o Instituto mais ativo nas plataformas digitais.

Os representantes se reúnem novamente dia 8 de junho para dar prosseguimento às atividades em defesa da categoria.

## SouGov é o novo canal de serviços para os servidores públicos; baixe o aplicativo

O novo canal de atendimento ao servidor público federal, ativo e aposentado, e ao pensionista, o SouGov, já está em funcionamento e reúne, a partir de agora, informações funcionais em um só lugar. Para acessar, baixe o aplicativo no Play Store ou na Apple Store.

O SouGov substituirá, ao longo do tempo, vários serviços, como Sigepe Gestor, Sigepe Web, Sigepe Mobile e Sigepe Banco de Talentos. Na medida que o SouGov incorporar novas funcionalidades, os serviços serão encerrados nas demais plataformas digitais.

**Funcionamento** – Aqueles que já têm a senha do Gov.br é só baixar o aplicativo SouGov e acessar direto com o CPF e a senha do Gov.br.

É importante ressaltar que, para acessar o SouGov, o usuário deverá ter o selo de confiabilidade Prata ou Ouro. Para consultar o selo atribuído à sua conta acesse [confiabilidades.acesso.gov.br](https://confiabilidades.acesso.gov.br). Se já tiver o selo Prata ou Ouro, é só baixar o aplicativo, fazer o login e iniciar a navegação.

Se ainda não tiver o selo Prata ou Ouro é preciso obter um, também em [confiabilidades.acesso.gov.br](https://confiabilidades.acesso.gov.br). Acesse o link e preencha os demais dados cadastrais solicitados, como nome completo, data de nascimento, e-mail e nome da mãe. Busque

o Selo Servidor, com a senha do Sigepe Mobile (Sigac). Depois desse procedimento, o servidor receberá a qualificação Prata e estará apto a acessar o SouGov.

Se ainda não tem uma conta gov.br, veja como criar uma:

1º) acesse o endereço [acesso.gov.br](https://acesso.gov.br)

2º) Clique no botão “Crie sua conta gov.br”:

3º) Escolha uma das 6 opções de cadastro que aparecerão na tela

Dica: as opções Validação Facial no App Meu gov.br ou o cadastro por meio da sua instituição bancária já atribuem os selos prata e ouro à conta gov.br

4) Preencha o formulário online até o final

5) Os novos usuários também precisam fazer o mesmo procedimento de obtenção do selo Prata, descrito acima.

**Serviços** – Com o lançamento da nova plataforma, ficam disponíveis, entre outros serviços, atestado, prova de vida e auxílio transporte. Será feita a migração dos demais serviços existentes e a implantação de 20 outros novos, como Banco de Talentos, Previdência, Auxílio Moradia, Funções Financeiras, Oportunidades, Férias/Gestor, Desempenho e Avaliação, Frequência. A finalização é em 2022, quando novas avaliações serão feitas para a continuidade do processo de digitalização.

## Servidores da RFB em teletrabalho superam meta de desempenho no primeiro trimestre do ano

Os servidores que atuam na modalidade de teletrabalho nas Delegacias da Receita Federal do Brasil superaram, no primeiro trimestre de 2021, a meta de desempenho de 1,00 (um inteiro) fixada para o período, conforme tabela abaixo.

De acordo com a Portaria Conjunta CORAT/CODAR/COCAD nº 14/21, os resultados se referem à realização

das seguintes atividades:

I – Preparo, análise, decisão e execução de processos de arrecadação, cobrança, cumprimento das obrigações acessórias e garantia do crédito tributário;

II – Gerir Direito Creditório de Contribuinte; e

III – Gerir Cadastros Tributários e Aduaneiros.

Atividades	Meta estabelecida	Resultado alcançado
Preparo, análise, decisão e execução de processos de arrecadação, cobrança, cumprimento das obrigações acessórias e garantia do crédito tributário	1,00	1,59
Gerir Direito Creditório de Contribuinte	1,00	1,51
Gerir Cadastros Tributários e Aduaneiros	1,00	1,34

## Errata: Zaira Benitez, Menção Honrosa no concurso literário da ANFIP, é de Santa Catarina

Inadvertidamente, entre os estados brasileiros participantes do I Concurso de Contos, Histórias e Poesias não foi citado o de Santa Catarina, ao qual pertence a ganhadora de menção honrosa Zaira Ramos Benitez, com o conto “Este lixo (não) é meu”. Assim, foram 13 os estados participantes; não 12 como informado durante a live do dia 29/4.

A ANFIP pede desculpas à associada e a parabeniza pela participação no concurso, promovido com o objetivo de incentivar a produção artística neste período de pandemia. Os trabalhos vencedores, as menções honrosas e os autorizados por seus autores estão disponíveis [AQUI](#).

## Entidades do fisco analisam cenário da Reforma Tributária com deputado Luis Miranda

As entidades que representam as fiscalizações federal, estaduais e municipais, entre elas a ANFIP, reuniram-se na quarta-feira (12/5) com o deputado Luis Miranda (DEM/DF) para uma conversa sobre o ambiente político para a tramitação da Reforma Tributária. Além da necessidade de ajustes no sistema, que superaram o debate sobre a simplificação, as entidades reforçaram a importância de constar nas mudanças a serem implementadas o fortalecimento das administrações tributárias.

Pela ANFIP, participaram do encontro virtual o presidente Décio Bruno Lopes e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero. Dentre as entidades presentes, estavam Sindifisco Nacional, Unafisco Nacional, Fenafisco, Febrafite, Anafisco e Fenafim.

A preocupação do grupo é que as carreiras e as instituições alinhem sua atuação para que as normas sejam cumpridas efetivamente por empresas e cidadãos, de forma que haja a confiança dos contribuintes nos instrumentos necessários para o cumprimento das obrigações acessórias.

Para o deputado Luis Miranda, agora é a hora de se fazer a Reforma Tributária. Ele destacou a PEC 128/2019, de sua autoria, construída com fundamentos na Reforma Tributária Solidária, trabalho desenvolvido pela ANFIP e pela Fenafisco. De acordo com o parlamentar, as carreiras devem se unir de maneira incisiva para garantir uma reforma que traga segurança para o



contribuinte e para a fiscalização.

O panorama, neste momento, é que a Câmara dos Deputados foque na CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que resolve a questão da simplificação dos tributos na área federal. Como o presidente da Câmara, Arthur Lira, avocou a PEC 45/19 para o Plenário, a tendência é que o caminho seja aberto para sua votação. Já no Senado Federal, o presidente Rodrigo Pacheco, manteve a Comissão Mista e solicitou um relatório ajustado.

“Mesmo com todas as dificuldades, temos que trabalhar numa reforma que aumente o poder de compra da população. O assunto não é só simplificar. É preciso aprofundar e abordar o tema da redistribuição da carga tributária. A gente deve ir nesse caminho, porque o país precisa ter uma redistribuição para aquecer

a economia, gerar novos empregos e fazer a máquina funcionar”, afirmou o deputado.

Luis Miranda sugeriu que as reuniões se intensifiquem para aprimorar tecnicamente a proposta, a fim de que a reforma realmente seja implementada atendendo aos anseios da sociedade, especialmente para a diminuição da tributação sobre o consumo. “Precisamos mostrar o que é melhor para o país. Precisamos construir algo propositivo, sem jabutis. Por que não aprovar a Reforma Tributária em um país como o Brasil está agora, em que o poder de compra desapareceu? Como não fazer a reforma agora?”, indagou ao falar que o momento para mudanças no sistema chegou. Novas reuniões serão realizadas para que sugestões sejam apresentadas ao parlamentar.

## Comissão atualiza Regimento Interno da XXVIII Convenção Nacional

Os vice-presidentes João Alves Moreira (Administração, Patrimônio, Cadastro e TI), Tereza Liduina Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões), Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais) e Benedito Cerqueira Seba (Comunicação Social) reuniram-se na terça-feira (11/5) para dar continuidade à elaboração do Regimento Interno da XXVIII Convenção Nacional.

O grupo continuou a análise de todos os artigos do documento,

sugerindo atualizações necessárias de redação, assim como pontuaram as remissões contidas no texto. Após finalizado, o material será apresentado ao Conselho Executivo e será objeto de deliberação pelo plenário da Convenção.

A Convenção Nacional é o evento deliberativo máximo da Associação e acontece a cada dois anos. Em 2021, vai ocorrer de 18 a 21 de setembro. O formato do encontro – se presencial, on-line ou híbrido (com participação



on-line e presencial) –, ainda será definido, a depender das condições sanitárias do país e da contenção da pandemia da Covid-19.

## BENEFÍCIOS

### Confira os benefícios especiais oferecidos aos associados da ANFIP

Você conhece todos os benefícios disponibilizados pela ANFIP? Além do acompanhamento da agenda política em todos os Poderes da República, relacionada aos interesses dos Auditores Fiscais da Receita Federal, a Entidade oferece muitos outros benefícios que só quem é associado pode usufruir. Entre eles, Financiamento de Equipamentos de Informática, Reembolso de Cursos e Auxílio Judiciário. Confira abaixo mais detalhes sobre as vantagens.

**Financiamento de Equipamentos de Informática** - Os associados da ANFIP podem adquirir equipamentos de informática por meio de financiamento. O valor pode chegar a **RS 4 mil** e ser pago em até 12 vezes. Para solicitar entre em contato com [protocolo@anfip.org.br](mailto:protocolo@anfip.org.br).

**Reembolso de Cursos** - Contribuindo com a qualificação profissional e no desenvolvimento cultural e humanístico dos associados, a ANFIP oferece reembolso de parte dos custos com algumas modalidades de cursos, como os de gestão pública e pós-graduação, informática, idiomas e tiro (exigido pela Receita Federal do Brasil). O diferencial é que o programa inclui cursos de dança, yoga e pilates. Conheça [AQUI](#) a resolução que detalha os benefícios, com os respectivos valores. Em caso de dúvida, envie um e-mail para [zuleide@anfip.org.br](mailto:zuleide@anfip.org.br).

**Auxílio Judiciário** - Trata-se de um auxílio financeiro, concedido proporcionalmente ao período de contribuição com a Entidade. O período para cálculo é limitado a 50 mensalidades.

### Faculdade Brasileira de Tributação é a nova parceira da ANFIP

A ANFIP tem uma excelente notícia para seus associados, agora a Faculdade Brasileira de Tributação (FBT) é conveniada da Entidade. Isso que dizer que todos os associados poderão contar com os melhores cursos EAD de pós-graduação, graduação e extensão, focados na área de tributação, com 20% de desconto.

A FBT é a única no Brasil especializada na área tributária. A expertise da Faculdade neste segmento a habilita a ofertar uma série de cursos com o objetivo de entregar ao mercado de trabalho profissionais

extremamente preparados para ocupar cargos de destaque no setor de Gestão Financeira e de Tributos.

Ser um especialista pode fazer toda diferença para que seu futuro profissional seja longo e promissor. A FBT é pioneira nos cursos a distância com foco na área tributária e o corpo docente reúne professores do Brasil e também da América do Norte, América do Sul e Europa.

Faça já a sua inscrição e aproveite os 20% de desconto na matrícula de qualquer curso. Visite a página da FBT [AQUI](#) e invista no seu conhecimento!

### Aplicativo da Jusprev já está disponível para IOS e Android

Já está disponível para download mais uma novidade da Jusprev, que faz parte do projeto “Jusprev 100% Digital”. Trata-se do aplicativo da Entidade. Esta nova ferramenta traz ainda mais comodidade e facilidade para os participantes da Jusprev. É possível conferir o saldo previdenciário, extratos de contribuições, dados cadastrais, beneficiários, entre outras informações individuais.

O aplicativo está disponível para IOS e Android. Basta ir até a loja de aplicativos do celular e buscar por “Jusprev”. Na tela, deverá aparecer o aplicativo com a logo da Entidade e informações para o primeiro acesso.

Não deixe de conferir mais essa facilidade desenvolvida pela Jusprev.

Dúvidas sobre como ter acesso ao aplicativo? Converse com a equipe Jusprev, em qualquer um dos canais disponíveis. Os associados da ANFIP podem contatar a consultora Zuleide Miranda, em [zuleide@anfip.org.br](mailto:zuleide@anfip.org.br).



### Clube de vantagens ANFIP com descontos imperdíveis

A plataforma de benefícios ANFIP Tem +Vantagens está com ofertas imperdíveis. Acesse [AQUI](#) e confira descontos em produtos de empresas como Brastemp, Ponto, Asus, Camicado, Tok&Stok, Renner e muito mais. É preço e qualidade no mesmo lugar! Confira!